

Um teto para os juros da dívida

Samy Cohn

O programa do secretário do Tesouro americano, Nicholas Brady, sobre a dívida externa dos países latino-americanos é, pela primeira vez, uma indicação de que o governo dos Estados Unidos está pronto para participar da solução do problema e se empenhar para encontrar uma solução política, que alivie a pesada carga da dívida e suas consequências indesejáveis para a democratização dos países da região.

Porém, trata-se, apenas, de uma declaração de intenções e o caminho para se chegar a um instrumento válido para reduzir a dívida e/ou os encargos é longo e levaria muito tempo para se conseguir um consenso em torno dele.

Para se chegar a uma cifra expressiva que, de fato, resolva o problema, seria preciso conseguir um entendimento entre o governo americano, o governo japonês, os países europeus, o Banco Mundial, o FMI e os bancos credores. Isso, com certeza, levaria pelo menos um ano, uma vez que implicaria uma negociação entre bancos e governos, onde os bancos certamente pediriam benefícios fiscais para contrabalançar, ainda que em parte, as reduções que terão que dar. Por sua vez, isso importaria mudanças na legislação americana, que teriam de ser aprovadas pelo Congresso, que não vê com bons olhos qualquer ajuda aos bancos. Também nos Estados Unidos os bancos não são muito populares no Congresso.

De outro lado, para que um país devedor possa se beneficiar de uma redução da dívida ou de encargos será preciso demonstrar, segundo as declarações do subsecretário do Tesouro, David Mulford, que se está disposto a fazer as reformas internas necessárias a colocar a economia em bases sólidas, o que significa reduzir substancialmente o déficit público e a inflação.

Isso tudo é lógico, mas não é realista. Seria preciso conciliar os pontos de vista dos credores e dos devedores e que os governos dos países latino-americanos optassem pela objetividade. Como a atual situação política não permite que se espere tanto tempo para que isso tudo aconteça, deveria ser encontrada uma solução provisória, até que se chegue a uma solução para acabar de vez com o problema da dívida externa.

No caso brasileiro, sabemos que é preciso continuar com as conversões e realizar um programa de defesa da ecologia que, beneficiando o mundo inteiro, estaria em primeiro lugar

nos beneficiando. A luta contra a inflação não pode ser abandonada. Ela já começou com o Plano Verão e implica também a luta contra o déficit público. Há, portanto, tempo, dentro dos dois anos previstos, para mostrar alguns resultados e permitir que a solução para a dívida externa seja executada.

Encontrar essa solução provisória se tornou mais urgente com a recente alta das taxas de juros americanas. Se os juros ultrapassarem os 12%, o que não é impossível, o Brasil, por exemplo, não terá como pagar os juros. Portanto, é preciso encontrar uma solução já.

Se os países credores abrirem mão de certos padrões, por um preço pequeno e um certo risco, conseguirão fazer um plano definitivo. E é aqui que pretendo dar a minha contribuição. Minha idéia seria: estabelecer um *capping* (teto) de juros até 7-8% ao ano, por dois anos, sem vínculos (*without strings attached*). Quaisquer que sejam os juros, não pagaremos mais que 7-8% ao ano. Os órgãos internacionais — FMI e Banco Mundial — poderiam liderar a criação de um mecanismo para dividir o ônus entre si. E os países devedores se comprometeriam a preparar os programas dos ajustes necessários.

Todos sabem quais são os ajustes necessários. Os países devedores, assim, teriam tempo de formular políticas sem a interferência de ninguém. E, sendo uma decisão tomada com autonomia, seriam menores as possibilidades de haver uma oposição doméstica.

Se a taxa de juros for reduzida, através do *capping*, para um ponto que seja possível pagar, sem compromissos laterais e por um prazo limitado, aí, sim, se eliminaria a tensão que, hoje, cerca o problema da dívida externa. A questão passaria a ser discutida com racionalidade; não haveria mais espaço para a retórica demagógica e chauvinista que, neste ano de eleições presidenciais, a envolve. Seria aberto um espaço para o diálogo objetivo entre credores e devedores, para que o Brasil volte a receber dinheiro “novo” — e volte a crescer. Essa, afinal, é a preocupação, também, do programa de Nicholas Brady: recriar as condições para o crescimento econômico. E, num ambiente de renovada prosperidade, as eleições deste ano podem ter um curso mais sereno. E a democracia sairia fortalecida. O que é também um objetivo de todos.

Samy Cohn é empresário